

Pelo crescimento

Balanço anual da renegociação da dívida externa: os bancos não abrem mão da auditoria do FMI (nas contas e nos planos dos países mutuários) para a renegociação plurianual da dívida. O Brasil bem que tentou descartar o FMI na renovação dos contratos a longo prazo, mas a missão Bracher acabou dando em nada. Os bancos não se arriscam a conceder esse tratamento diferenciado ou favorecido ao «bom risco» chamado Brasil. Eles teriam de encarar uma verdadeira rebelião dos demais devedores, igualmente empenhados na ruptura do monitoramento do FMI.

E mais: para uso interno, os bancos precisam do sinal verde do FMI, única maneira de acalmar os acionistas, os depositantes, os poupadões, os congressistas, os contribuintes. O Brasil já anotou o recado: sem a renovação do acordo com o FMI, a dívida externa não será reescalonada por quinze anos, por dez anos, por cinco anos, por três anos. Na melhor das hipóteses, os bancos aceitarão um arranjo «ponte» para a travessia de 1986.

Eis o rescaldo dos contatos diretos do Brasil com Washington e Nova Iorque. O negócio é «vender» o programa econômico aos burocratas do FMI, um tanto quanto estupefatos com a ousadia do crescimento brasileiro com inflação, com dívida, com «déficit». A opção pelo crescimento foi reafirmada pelo Brasil no encontro do grupo de Cartagena, em Montevidéu. Nessa reunião, a América Latina afastou-se da possibilidade de uma «ação em bloco»: cada um para si e o FMI para todos.

Enquanto o Brasil vai de «crescimento para o pagamento», México e Argentina preferem o ajustamento interno a qualquer custo. O programa argentino equivale a um tratamento de choque, mais choque que tratamento. A derubada da inflação se faz a golpes de recessão, desemprego, desinvestimento. A sociedade argentina tem gordura para queimar, caso único na América Latina.

O México ajustou-se de fora para dentro e agora não sabe como sair da recessão sem reatigar as brasas da inflação. E o pior: não recebeu, até agora,

nenhum tratamento favorecido dos credores. Afinal, pagar a dívida nos prazos contratados (e a juros de mercado) é apenas uma obrigação do devedor bem comportado.

Em Washington, o FMI divulga uma previsão rarefeita sobre o desempenho econômico da América Latina no ano que vem e informa aos credores ressabiados que o continente inadimplente vai atravessar um novo exercício de privação, de renúncia, de recessão. Exceção gloriosa do Brasil.

Os analistas do FMI observam que a economia brasileira ergueu-se do chão puxando os próprios cabelos: como voltar a crescer de 8% ao ano, na retomada do investimento e não apenas do consumo, com a inflação ainda no alto e novamente em alta? A cartilha dos economistas do FMI ignora semelhante registro nos anais das economias organizadas: é absolutamente impraticável a ruptura da «estagflação» pelo lado do produto...

Argentinos e mexicanos tentam escapar da «estagflação» pelo lado do preço: o Plano Austral, vulgo choque heterodoxo, ousa matar a vaca da economia para acabar com o carapato da carestia. E não está dando outra. O ministro Juan Vital Sourrouille, principal gestor do programa argentino, suspira fundo: não havia alternativa menos ruim para uma hiperinflação de 1.250% ao ano, em julho, com vocação para 7.500% agora, em dezembro.

Os técnicos do FMI bem que gostariam de fazer desfilar o «efeito Alfonsín» pelos gabinetes de Brasília, Caracas ou Lima. Mas a revelação da outra face do Plano Austral desencoraja a propaganda do «bom exemplo»: a América Latina, animada pelo próprio Banco Mundial, acaba de assinar contrato de risco com o crescimento da economia a qualquer preço. O Brasil já está nessa «boa». O México, adepto da recessão corretiva, desmaiou no meio da pista, em agosto: não mais consegue pagar nem os juros reescalonados sob a chancela do FMI.